Impunidade protege filhos do poder

Mirian Guaraciaba

BRASÍLIA — De pai para filho, desde 1960. A impunidade em Brasília já é tradição, ou herança para os que nascem em berço (ou cargo) de ouro. Na quinta-feira passada, um importante funcionário do Ministério dos Transportes confirmou a regra. Sem cerimônia, ligou para o Palácio do Buriti, sede do governo do Distrito Federal e pediu que a investigação social aberta contra seu filho, menor de idade, por dirigir sem habilitação, fosse arquivada.

O processo, mantendo a tradição, sumiu. “Nos últimos 12 meses, nenhum processo contra menores filhos de pais ilustres chegou à Delegacia de Menores”, diz um assessor do secretário de Segurança do Distrito Federal. Do outro lado da cidade, no Lago Sul, o bairro nobre da capital, a informação da Delegacia de Menores surpreende: “Em média encaminhamos à Delegacia de Menores duas autuações por semana de menores inabilitados”, diz um dos delegados da 10ª Delegacia.

Batida — A *evaporação* acontece no meio do caminho. Entre a apreensão do menor por inabilitação ou porte de drogas — os casos mais comuns — e a formação do processo que desembocará numa investigação social, nome dado ao inquérito policial em caso de menor de idade, as famílias que têm parentes com o governo ou com a alta sociedade se mobilizam contra a polícia, telefonando para o governador José Aparecido ou qualquer um de seus secretários e assessores.

Às vezes, chega-se ao constrangimento. E raramente, a *juventude dourada* ou *clientela vip*, como a chamam os delegados de polícia, não se sai bem. A delegada Joselita Viana e Silva, até há pouco tempo titular da 10ª DP, do Lago Sul — hoje ela preside a Comissão Permanente de Disciplina da Polícia Civil — assistiu a uma cena inesquecível. Seus agentes apreenderam um menor dirigindo o carro da mãe, importante funcionária do governo. O pai, médico, foi o primeiro a chegar. Divorciados, os pais ameaçaram uma briga. A mãe não teve dúvida: “Olha, aqui, delegada. Pode levar o meu filho, mas o carro a senhora vai liberar”.

Joselita Silva não liberou o carro e a mãe não conteve os desaforos. Agressivos têm sido quase todos os pais que comparecem às delegacias para assinar os termos de responsabilidade exigidos pela polícia. O ex-ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, costumava pressionar pelo telefone a polícia, quando por acaso se interpelava seu filho, Paulinho Abi-Ackel, frequentador das noites e boates de

Brasília, que se envolvia em algumas confusões.

No governo do coronel Aimé Lamaison, a confusão acabou atraindo generais e deputados, ao mesmo tempo, para o gabinete do então secretário de Segurança, Paulo Azambuja. Certa vez, Azambuja, cansado de ouvir queixas sobre a turma que frequentava as Super-Quadras Norte 102 — dos militares — e 302 — dos deputados — que faziam “arruaças e barulho a noite inteira”, decidiu dar uma batida no local, em grande estilo. “Naquela noite, eu não consegui dormir. O telefone tocou a noite inteira. Os meninos eram filhos das famílias residentes naquelas quadras”, conta o ex-secretário.

Exceção — Na primeira reunião do secretariado do governador Aimé Lamaison, Azambuja fez sua queixa: “Nunca mais darei batida naquelas quadras”. O secretário, entretanto, acabou em outra enrascada, quando flagrou uma *festa de embalo* numa casa suspeita no Chic Parkway, um bairro retirado da cidade. Os participantes eram funcionários de alto escalão do Banco Central e do Serpro. O coronel acabou repreendido por um senador da República: “Você está transformando Brasília numa cidade insegura”.

Inseguros andam os policiais. Um assessor do governador José Aparecido lembra que, no fim das contas, quem acaba mal é o agente que apreende um menor ilustre ou dá um flagrante numa autoridade. No caso do ex-deputado Hugo Mardini (PMDB-RS), perseguido por ter se recusado a parar quando o guarda apitou — Mardini dirigia uma Brasília, de madrugada, com três homens e luzes apagadas — o alto comando do PMDB, inclusive o presidente Ulysses Guimarães, foi ao governador José Aparecido pedir o arquivamento do processo. Os policiais que Mardini desacatou terminaram como agressores.

A impunidade tem feito surgir em Brasília *gangs* de jovens que invadem festas e muitas vezes provocam confusões. “Não se pode fazer uma festa sem a presença de pelo menos dois seguranças”, atesta o secretário de Serviços Públicos do Distrito Federal, José Carlos Mello. “E os moradores do Lago Sul e do Lago Norte, que formam essas *gangs*, não são filhos do Zé da Silva”, acrescenta Mello.

Exceção à regra poderá ser o filho do ministro Maílson da Nóbrega, o menor I.N., que foi levado à 10ª Delegacia e autuado juntamente com três companheiros. Pelas regras e leis em vigor, deverá responder a uma investigação social. O pai, até ontem, não havia movido uma palha para liberá-lo, mas até sexta-feira passada a Delegacia de Menores não havia recebido o processo.